



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

1 Em 21 de novembro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), na Sala 03 do 3º Batalhão da Polícia Militar
4 de Minas Gerais - Rua Pedro Duarte, s/n, Romana, Diamantina/MG.
5 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente
6 Suplente Eliane Piedade Alves Machado, da Secretaria de Estado de Meio
7 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Representantes do
8 Poder Público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da Secretaria de
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Leonardo
10 Aparecida Soares, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Dalmo
11 Gonçalves Costa, do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA); Marcelo
12 Jorge, da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA); 2º
13 Sargento PM Antônio Nogueira Lopes, da Polícia Militar do Estado de
14 Minas Gerais (PMMG); Representantes da Sociedade Civil: Felipe Mol
15 Pessoa de Carvalho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais (FIEMG); Ricardo Hirofumi Yoshimatsu, da Federação das
17 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
18 (FEDERAMINAS); Márcia Elisa Rocha Santos, do Conselho Municipal de
19 Meio Ambiente - CODEMA - de Diamantina/MG; Alex Mendes Santos,
20 Caminhos da Serra - Ambiente, Educação e Cidadania; Nathália Bastos do
21 Vale Brito, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Emerson
22 Sales Pereira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
23 Minas Gerais (CREA/MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
24 **NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
25 Machado: Bom dia a todos. Para dar início à 112ª Reunião Ordinária da
26 Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, convido a todos para se
27 posicionarem para a Execução do Hino Nacional brasileiro.” **2)**
28 **ABERTURA.** Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado:
29 Presidente Eliane Piedade Alves Machado: Temos algum Conselheiro
30 novo, não? Temos, o Felipe representando a FIEMG. Por favor, Felipe, é a
31 primeira participação sua em URC's? Conselheiro Felipe Mol Pessoa de
32 Carvalho: Sim. Presidente Eliane Piedade Alves Machado: E o Leonardo
33 que representa a Secretária de Estado e Educação na regional e é a sua
34 segunda reunião, não é? Eu estou perguntando para que a gente possa
35 ser um pouco mais didático na condução, para que vocês entendam
36 melhor o procedimento e o rito da reunião. Eu queria aproveitar para



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

37 comunicar aos senhores que a gente teve a publicação, na semana
38 passada, do Decreto 47749/19 que estamos chamando de decreto
39 florestal. Na verdade, já tem quase dois anos que aguardamos
40 ansiosamente a publicação deste decreto, que regulamenta o artigo 10 da
41 lei 20922/13 naquilo que diz respeito as intervenções ambientais com as
42 suas compensações e também a colheita de floresta plantada e a
43 destinação dos produtos florestais no Estado de Minas Gerais. E um dos
44 avanços dele é que neste único decreto nós temos agrupados os atos que
45 regulamentam as intervenções ambientais. E antes essa regulamentação
46 era dispersa em vários atos normativos. Então hoje o decreto agrupa todos
47 esses atos. Algumas questões do decreto ainda demandam maiores
48 procedimentos, então já está sendo elaborada uma resolução conjunta que
49 vai substituir a resolução 1905 e a 1906. Em breve, acredito que a gente já
50 vai ter essa resolução. E aí com esses procedimentos definidos nós vamos
51 ter condições de aplicar o decreto em sua totalidade. Em Minas já tem
52 aplicação imediata, mas, algumas dependem de procedimentos que já
53 estão sendo providenciados. Essa é uma notícia muito boa e nós do IEF
54 estamos aguardando ansiosamente a aplicação dos decretos referentes a
55 compensação minerária. Aqui nós estamos com 17 processos de
56 compensação minerária e a gente não consegue dar andamento na
57 análise por falta de procedimento. Então estamos aguardando a
58 publicação desses decretos para que possamos dar vazão a eles. E
59 também outra questão que eu queria comentar, algum dos senhores já
60 devem ter conhecimento, é o “Diálogos com o Produtor Rural” que é um
61 programa do governo desenvolvido pelo SISEMA em articulação com a
62 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse
63 programa tem o objetivo de aproximar do produtor rural para que a gente
64 possa entender as dúvidas deste segmento em relação as questões
65 ambientais. Como que funciona o “Diálogos com o Produtor Rural”? A
66 gente define estrategicamente qual o município, não dá para ir em todos,
67 geralmente definimos os que têm maiores demandas e é feita uma
68 mobilização. No dia de atendimento todas as unidades regionais do
69 SISEMA comparecem a este município para poder atender,
70 exclusivamente ao produtor rural. O SISEMA sempre teve esse
71 estreitamento de orientações com a indústria, então agora está
72 expandindo isso para o produtor rural. Então já tivemos alguns, em Montes



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

73 Claros, Araguari... Aqui no Jequitinhonha a gente teve semana passada
74 em Almenara e ontem, no município de Medina, com a participação do
75 Regional de Teófilo Otoni, que é a Regional Nordeste e a SUPRAM aqui
76 do Jequitinhonha, a equipe deve estar retornando hoje de lá. Aqui no Alto
77 Jequitinhonha, a gente deve fazer no início do ano, considerando o final do
78 ano aí e este atropelamento de coisas e férias. Então provavelmente a
79 gente vai conseguir fazer no início do ano que vem, mas aí faremos a
80 divulgação, mas antes vamos sentar com a Emater para fazer esta
81 articulação. No dia de atendimento vai o IGAM, vai a SUPRAM com todas
82 as suas unidades de fiscalização, regularização e atendimento. E o IEF
83 também. Conselheiro Leonardo Aparecida Soares: Qual é o critério de
84 escolha do município? Para acontecer este encontro. Presidente Eliane
85 Piedade Alves Machado: Geralmente a gente verifica o município com
86 maior demanda, mas caso essa demanda também seja do município, a
87 gente avalia e não tem problema nenhum. A dificuldade que eu vi aqui no
88 Alto Jequitinhonha para fazer neste final de ano... Graças a Deus, choveu!
89 É porque estamos com uma crise hídrica muito grande e aí determinados
90 municípios estavam quase... O negócio já estava caminhando para
91 conflitos e para violência mesmo. Então achei que não era muito oportuno,
92 porque a ansiedade, a expectativa da chuva... Então o negócio podia
93 confundir, ir por outros caminhos. E agora a chuva veio, mas agora no final
94 do ano... Eu acredito que se não der para a gente fazer ainda este ano,
95 mas no início do ano que vem a gente faz. Pensamos, inicialmente, em
96 Capelinha ou Itamarandiba por serem municípios onde tem maior
97 demanda. Mas, se algum município também se interessar, fizer essa
98 mobilização, a gente avalia. Vamos então para o item 3. **3. Comunicado**
99 **dos Conselheiros e Assuntos Gerais**. Para os Conselheiros novos, o
100 que é este item de pauta, Conselheiros? É um momento que a gente tem,
101 pelo regimento, 30 minutos para este item e é o momento em que os
102 Conselheiros socializam, fazem convites, falam de ações da sua área de
103 atuação ou que considerem ser importante compartilhar com o Conselho.
104 Então está aberto para esse momento de socialização de informações.
105 Então cada Conselheiro que for falar, Felipe e Leonardo, a primeira coisa é
106 se identificar, por favor, para facilitar na hora da elaboração da ata. Então
107 está aberto aí, Conselheiros. Conselheiro Alex Mendes Santos: Só alguns
108 informes aí. O primeiro é que amanhã vai acontecer lá em Gouveia, uma



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

109 parceria da Caminhos da Serra com o IEF, o primeiro (inaudível) o
110 lançamento é um app de registro de fotos de animais silvestres que são
111 mortos em rodovias. Então como funciona o aplicativo? Você viu um
112 animal atropelado ou morto na BR, tira uma foto, automaticamente essa
113 foto e os dados de georreferenciamento já caem em um arquivo da UFLA,
114 Universidade Federal de Lavras. E lá eles vão monitorando e criando
115 registros e estatísticas em relação aos lugares em que estão acontecendo
116 muitos acidentes com animais silvestres. Essa ideia até partiu do IEF
117 diante da demanda da Caminhos da Serra de várias mortes de animais na
118 chegada de Gouveia, ali perto da Copasa. Estamos tendo um índice muito
119 grande, e animais que precisam ser estudados, precisam ser verificados.
120 Nesse período de um ano a gente perdeu três Jaguatiricas, (inaudível),
121 que são animais de grande porte e a gente ainda não tem ideia do que
122 está acontecendo, porque é que eles estão morrendo nesse processo.
123 Então vai ser lançado amanhã a divulgação e depois, talvez na próxima
124 reunião a gente possa trazer o material para distribuir para vocês também.
125 Quem quiser ver o aplicativo, é só ir nas lojas de app e procurar pelo
126 “Projeto Urubu”, baixa rapidinho, é muito leve, isso é muito importante. E
127 no dia 27 também vai acontecer a formatura de crianças do projeto
128 PROGEA, uma parceria com a Polícia Ambiental de Gouveia e atende
129 crianças do inicial e vão formar em torno de 400 crianças, é o segundo
130 ano. E dia 27 também vai ser o lançamento lá do plano municipal de
131 saneamento básico que já foi aprovado, então vai ser entregue esse
132 planejamento e a gente espera que seja implementado. No dia 05/12
133 acontece a audiência pública da Quebec Engenharia, esse é um problema
134 grave que a gente vai enfrentar, é a construção de 3 PCH’s no cânion do
135 Rio Paraúna e porque é grave? Por que essas 3 PCH’s estão sendo
136 propostas para serem construídas a montante de uma PCH da Cemig, que
137 é a PCH de Paraúna. E essa PCH do Paraúna é de 1927, não tem
138 licenciamento, a gente vem há 10 anos tentando fazer com que a Cemig
139 licencie e a coisa tem se arrastado. Ela está completamente assoreada e
140 este ano já gerou diversas multas por causa de descarga de fundo, então
141 o Paraúna gera um assoreamento muito grande, carrega muita areia... Não
142 só por causa da questão natural do Espinhaço, mas também reflexo de
143 uso e ocupação do solo e de garimpos anteriores. A PCH lá em baixo,
144 construída para barrar água, hoje barra areia. Então eles estão querendo



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

145 construir 3 a montante dela e a Cemig não sabe o que fazer, não
146 consegue desassorear. Ela está gerando 2 MW de energia e a gente lendo
147 todo o processo, a gente vê os próprios empreendedores falarem que
148 (inaudível). Então a gente vê que é um projeto muito especulativo da parte
149 econômica. O normal seriam 13 anos de funcionamento desta PCH, aí
150 eles passaram para 32 anos falando que vão fazer a retirada de areia com
151 o processo mecânico. Estamos questionando porque eles mudaram o
152 barramento e a altura é 70 metros. Então não sei como que eles vão retirar
153 areia de 70m de profundidade dentro de um cânion, eles mesmo
154 consideram que vários estudos lá não foram feitos porque não conseguem
155 acessar as áreas. Então assim, para a gente tem sido um problema, até
156 porque esse projeto já foi estudado aqui. A gente fez muitas alterações e
157 ele não foi implantado e agora, novamente, ele retoma pior do que o
158 anterior. E a gente não vai poder nem discutir aqui, porque ele está direto
159 na SUPPRI, os projetos especiais. Então vai ter essa audiência lá no dia
160 05/12. Foi até pedido que pudesse ter essa apresentação aqui. Eu não sei
161 se depois da audiência pública a gente vai poder pedir para que ele venha
162 para cá, porque estamos encontrando muitos problemas nele...
163 Levantamento de fauna, flora... O local é corredor ecológico, tem um
164 zoneamento ecológico econômico, é área de endemismo, é a área de
165 prioridade para a conservação de fauna e flora. Lá tem os dois biomas, o
166 cerrado com o campo rupestre e também a mata atlântica. Então assim, o
167 lugar lá é um santuário. (Inaudível) trouxemos aqui um relatório do ano
168 passado, da expedição do Paraúna, a confirmação de que animais de
169 grande porte transitam por lá. E falar também que foi criado um CODEMA
170 em Gouveia, ainda não está funcionando, mas está pelo menos criado. Já
171 houveram três reuniões, ninguém apareceu e aí estão trocando os
172 membros e tem aquela coisa toda... Mas, pelo menos depois 20 anos foi
173 criado em Gouveia. E lá a gente (inaudível) tenha um viveiro de animais
174 silvestres, que é área de acolhimento da região, tanto animais feridos
175 quanto animais de apreensão de tráfico, de cuidado ilegal. Então é uma
176 parceria do Ministério Público com o IEF com a Polícia Ambiental. Então
177 quem quiser visitar, seja bem-vindo. É isso. Conselheira Márcia Elisa
178 Rocha Santos: Boa tarde, eu só queria repassar cinco informações da
179 pasta do meio ambiente municipal para os Conselheiros terem
180 conhecimento. Acerca de um mês atrás a Secretaria de Meio Ambiente de



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

181 Diamantina e a associação de catadores começaram a receber qualquer
182 espécie de vidro, exceto parabrisas de carro. Sabemos que alguns
183 municípios têm essa dificuldade de recebimento pelo valor econômico
184 agregado do vidro, e aí conseguimos um contato em Belo Horizonte e em
185 São Paulo. Então estamos recebendo na antiga fábrica de tecidos e
186 também na associação. E se a pessoa tiver uma quantidade significativa e
187 ligar para a associação, eles recolhem. Estamos tendo uma incidência
188 muito grande no aterro de vidro, temos muitas cervejarias, muitos bares
189 em que o pessoal consome muita *long neck*. Outra ação foi que
190 implantamos o viveiro municipal, instalado no centro da cidade, no lote
191 atrás da Caixa Econômica Federal. E, inicialmente, vamos trabalhar com
192 mudas ornamentais por causa da revitalização de praças. E aí faremos
193 esse recolhimento de mudas ornamentais com a assessoria da
194 universidade, justamente para colocar nas praças do município. O terceiro,
195 o Alex até tratou da questão da entrega do plano de saneamento.
196 Diamantina não tinha e, graças a Deus, foi contemplado pela bacia do Rio
197 São Francisco com o plano de saneamento, então ano que vem eu
198 acredito que já começam os trabalhos para ser entregue para município. E,
199 junto a isso, a SAAE desde o ano passado está habilitando municípios
200 para poderem receber o recurso da tarifa da cobrança da água. O
201 percentual máximo que os municípios podem solicitar é 4% da receita
202 líquida do faturamento da Copasa em cada município. A gente já foi
203 habilitado, há 15 dias recebemos esse e-mail de confirmação. E aí
204 anualmente a gente vai receber um recurso proveniente dessa cobrança
205 de tarifa. Para 2020 já tem previsto quase 500 mil e vamos investir em
206 saneamento básico, de acordo com o plano, os quatro eixos. Então é até
207 uma informação que eu passei para os municípios que não estão
208 habilitados e semana que vem vai ter um treinamento da (inaudível)
209 informando melhor sobre isso. Então é uma informação muito importante.
210 E uma solicitação que eu gostaria de fazer, a plataforma do manifesto de
211 transporte de resíduos, me parece que a partir de março vai começar a
212 receber resíduos de construção civil? A gente faz, hoje, de saúde. A
213 (inaudível) deve saber um pouco mais. (Inaudível) só a título de
214 informação. Wesley, SUPRAM/JEQ: Está disponível no site da FEAM,
215 talvez seja interessante quem está responsável (inaudível) por essa área
216 de resíduos sólidos, enfim, urbanos. É competência da FEAM entrar em



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

217 contato e ver se de fato vai ser (inaudível) para março resíduos de
218 construção. Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: Nós
219 temos um procedimento novo aqui hoje, estou tomando conhecimento
220 agora, mas parece que já é adotado nas câmaras. Agora, na hora da
221 votação, a manifestação não vai ser mais levantando a mão. Então cada
222 Conselheiro está com as plaquetas referentes ao seu voto. Para os
223 Conselheiros novos, é só levantar a plaquinha conforme a sua decisão. A
224 gente acaba colocando em bloco alguns itens da pauta, então verificamos
225 o que será votado em bloco ou não. A primeira coisa que a gente faz é
226 verificar se tem destaque, tanto por parte dos Conselheiros, como por
227 parte de quem está envolvido diretamente nesse processo. Se quer se
228 manifestar, se quer destacar alguma coisa do processo. Então é só
229 levantar a plaquinha, tá bom? O voto contrário é o vermelho, o voto
230 favorável é verdinho, abstenção (inaudível) o pedido de vista (inaudível)
231 não sei se ficou claro para vocês no regimento, é quando vocês precisam
232 se inteirar melhor do processo e aí pede vista, leva o processo e na
233 próxima reunião retorna e depois de estudar o processo, manifesta seu
234 voto. Tem também o de impedimento e suspensão. Dependendo do
235 processo que estiver em votação, se a pessoa entender que está
236 impedido, que tem algum envolvimento, aí ele é impedido. **4. Exame das**
237 **Atas da 107ª RO de 22/11/2018, 108ª RO de 21/02/2019, 109ª RO de**
238 **09/05/2019 e 110ª RO de 08/08/2019.** Algum Conselheiro tem algum
239 destaque ou alguma manifestação em relação a essas atas? Então em
240 votação. Conselheiros favoráveis a aprovação das atas constantes do item
241 4 da pauta, se manifestem, por favor. Ok, aprovado. Agora vou fazer a
242 leitura do item 5, são os processos que estão em julgamento. Vou fazer a
243 leitura de todos eles para verificar se tem destaque. Então a medida que
244 eu for lendo, se alguém quiser apresentar algum destaque, é só levantar a
245 plaquinha de destaque para a gente anotar. Não havendo, a gente faz a
246 votação em bloco. Compreenderam? **5. Processo Administrativo para**
247 **exame de Recurso ao arquivamento de intervenção ambiental:** 5.1
248 Marcelo Fernandes Araújo - Supressão de cobertura vegetação nativa com
249 destoca, para uso alternativo do solo/silvicultura - Itamarandiba/MG - PA nº
250 14020000020/2017. Algum destaque? **6. Processos Administrativos**
251 **para exame de Recurso de Autos de Infração:** 6.1 Anglo American
252 Minério de Ferro S.A. – Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido de



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

253 Minério de Ferro – Conceição do Mato Dentro/MG – PA/Nº CAP 489073/17
254 – AI/Nº 011560/2008. Algum destaque por parte dos Conselheiros? Da
255 FIEMG, do Empreendedor e do Alex do Caminhos da Serra. 6.2 Marcos
256 Vínícios Cardoso – Lavra a céu aberto com ou sem tratamento (quartzito) -
257 Diamantina/MG – PA/Nº 436645/17 – AI/Nº 006346/2015. Algum
258 destaque? 6.3 Edilson Anastacio da Silva – Supressão de vegetação
259 nativa – Divisópolis/MG – PA/Nº CAP 452221/17 – AI/Nº 60360/2016.
260 Destaque? 6.4 Marcos Moises Pereira Guimarães – Lavra subterrânea
261 (extração de pedras preciosas) – Coronel Murta/MG - PA/Nº CAP
262 471112/17 - AI/Nº 60409/2017. Algum destaque? Então vamos colocar em
263 votação os processos para os quais não houve pedido de destaque. Então,
264 Conselheiros, favor manifestarem seu voto com relação ao item 5.1
265 Marcelo Fernandes Araújo com referência ao arquivamento de intervenção
266 ambiental, o voto é pelo arquivamento do processo. Registrada a
267 abstenção da FIEMG. Permaneçam com as plaquinhas, por favor. Votos
268 favoráveis da FEDERAMINAS, da UEMG, da SEE, PMMG, IMA, CREA,
269 Associação Caminhos da Serra, SEINFRA, SEAPA e CODEMA de
270 Diamantina. Com relação aos autos de infração, eu acho que ficou bem
271 entendido aí que o item 6.1, 6.2 e 6.3 é pela manutenção da decisão
272 recorrida. E no caso do 6.4 é a reforma da decisão, por que houve a
273 redução de 30% da multa. Ok? Então, por favor, manifestem seus votos
274 em relação ao item 6.2 Marcos Vínícios Cardoso, 6.3 Edilson Anastacio da
275 Silva e 6.4 Marcos Moises Pereira Guimarães. Então registrado o voto
276 contrário da FEDERAMINAS, da FIEMG. Por favor, justifiquem em seus
277 votos. Conselheiro Felipe Mol Pessoa de Carvalho: Boa tarde, só
278 mantendo o posicionamento institucional da FIEMG que as correções das
279 multas tem que ser aplicadas com base na tabela da Corregedoria de
280 Justiça do Estado de Minas Gerais. Conselheiro Ricardo Hirofumi
281 Yoshimatsu: Só com relação à questão de pontos que estão descritos no
282 processo que eu acho que deveria ser analisado melhor, pela distância,
283 porque às vezes pelo tamanho do empreendimento, é uma distância muito
284 pequena. Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: Votos
285 favoráveis, por favor, para a gente registrar. Voto favorável da UEMG,
286 SAEE, PMMG, IMA, CREA, Associação Caminhos da Serra, SEINFRA,
287 SEAPA e CODEMA Diamantina. Então agora vamos retornar ao item 6.1.
288 Então vamos ouvir os Conselheiros FIEMG. Conselheiro Felipe Mol



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

289 Pessoa de Carvalho: Novamente reforçar o posicionamento institucional
290 contra a incidência da prescrição intercorrente que já é um impedimento
291 que a gente vem adotando há um tempo nas outras URC's e nas outras
292 câmaras também. E que recentemente foi corroborado por um precedente
293 do Tribunal de Justiça em decisão proferida no (inaudível) da relação cível
294 nº 150018057043-4/004 que foi (inaudível) de forma unânime, salvo
295 engano pela 10ª Câmara Cível, a prescrição da pretensão punitiva do IEF
296 de forma intercorrente. Então só me manifestar nesse sentido pela
297 prescrição intercorrente. E só para registrar também, a autuação foi
298 registrada em 03/02/2008, a defesa interposta, salvo o engano, em
299 22/01/2009 e o recurso interposto em 02/08/2016. Hoje nós estamos em
300 21/11/2019. Então no nosso entendimento incide a prescrição recorrente.

301 Conselheiro Alex Mendes Santos: Eu queria registrar aqui porque nessa
302 época (inaudível) pensar nas situações com a (inaudível) esse foi um
303 processo em que a Caminhos da Serra, inclusive, solicitou a esse
304 Conselho que fosse feito uma vistoria porque as comunidades rurais
305 estavam solicitando a intervenção tanto da Polícia ambiental e dos órgãos
306 ambientais, uma vez que estavam acontecendo várias situações que
307 estavam prejudicando a comunidade. Desde invasão de áreas para poder
308 fazer sondagens, uso de estradas particulares sem permissão, barulho em
309 horários indevidos, questão de assoreamento, desmatamento. Então a
310 Caminhos da Serra foi solicitada na época eu fui com alguns moradores,
311 eu estive presente no local. Não sei se vocês viram as fotos e se quiserem
312 ver as fotos, acredito que possa ser mostrada por estar no processo.
313 Foram feitos vários problemas, desmatamento de mata atlântica para fazer
314 as praças de sondagem, sondagens feitas de qualquer forma. Inclusive, os
315 materiais que foram usados nas sondagens foram jogados a céu aberto,
316 tamponamentos de perfurações que atingiram o lençol d'água e que eles
317 não conseguiram fazer o tamponamento. Essa água ficou vazando e
318 gerando graves problemas na região. Não foram poucos foram em torno
319 de 200 e poucas perfurações. Insurgência de água em outros locais...
320 Então a partir do ponto em que eles faziam perfurações, em outros pontos
321 começavam a insurgir água, foi creditado o motivo como sendo reflexo
322 dessas sondagens. E barreiras de contenção que foram rompidas,
323 assoreamento com o processo de chuva. Lá é mata atlântica, então
324 quando se desmata o terreno fica muito vulnerável. Na época foi discutido,



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

325 foi solicitada a vistoria, foi feita a vistoria, foram feitos estes autos de
326 infração, então eu acho que o conselho deveria votar favoravelmente à
327 manutenção dele. Thábata Silva, representante do empreendedor: Boa
328 tarde, senhora presidente, senhores Conselheiros. Inicialmente, gostaria
329 de trazer de forma mais detalhada, o Felipe já abordou o histórico do
330 processo, é um auto de infração lavrado em 2008, em janeiro de 2009 foi
331 apresentada a defesa administrativa, argumentando além das questões de
332 mérito, um equívoco que havia incorrido no auto de infração referente a
333 fundamentação da reincidência. Foi mencionado um artigo equivocado,
334 então em 2011 houve uma análise técnica do processo, mas apenas em
335 2013 foi proferida uma primeira decisão reconhecendo esse equívoco e
336 abrindo novamente prazo para apresentação de defesa. Foi revista a
337 fundamentação jurídica, então em 2013 o empreendedor apresentou nova
338 defesa administrativa que foi analisada em 2016, oportunidade em que foi
339 proferida a oportunidade em primeira instância e apresentada na
340 sequência o recurso e, agora em 2019, nós estamos nessa reunião
341 justamente para análise deste recurso. Esse histórico mais detalhado é
342 realmente para frisar a necessidade e a possibilidade (inaudível) do
343 presente caso da prescrição intercorrente, em que pese a ausência de
344 provisões expressas na legislação estadual, não há dúvidas sobre a
345 possibilidade de aplicação por analogia da prescrição intercorrente com
346 base no decreto Federal 6514 e na lei federal 92873 que prevê que a
347 paralisação injustificada do processo por mais de 3 anos seja a prescrição
348 intercorrente, que é justamente para não trazer uma série de prejuízos
349 decorrentes do tempo de percurso do processo. O processo, neste caso,
350 vem desde 2008, são 11 anos de tramitação. O valor da multa inicialmente
351 fixado é aplicada a correção monetária e juros desde a época da autuação,
352 o valor mais que triplicou durante esse período em razão da incidência de
353 juros. Então o instituto da prescrição intercorrente veio justamente prevenir
354 eventuais abusos em relação a paralisação injustificada do processo. E o
355 precedente recente do TJMG não deixa dúvidas sobre a possibilidade de
356 reconhecimento no presente caso. Em relação ao mérito do caso, o
357 empreendedor destaca no presente momento a questão da classificação
358 do porte do empreendimento. A multa foi fixada, no presente caso, na taxa
359 máxima do porte em razão de ter sido considerada porte grande. A
360 fiscalização, que deu origem a autuação, ocorreu alguns dias após a



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

361 emissão da LP do empreendimento, mas a atividade que foi fiscalizada,
362 referia-se a pesquisa mineral. Então a atividade de pesquisa mineral não
363 estava prevista na licença do empreendimento, que foi concedida para
364 atividade de lavra. O parecer único da análise do recurso trouxe alguns
365 apontamentos sobre esse fato e, especificamente, trouxe trechos no
366 parecer único da LP de 2008 que reforçariam em tese esse entendimento
367 de que a atividade de pesquisa mineral estaria abrangida na LP. De fato, o
368 parecer único deve ter suas avaliações sobre os impactos relativos a
369 pesquisa mineral, mas o trecho que foi trazido desse parecer único reforça
370 o entendimento de que atividade de pesquisa mineral sequer era passível
371 de licenciamento. Peço licença para ler o trecho específico para os
372 senhores: 'As primeiras intervenções que ocorreram nas áreas objeto do
373 presente empreendimento correspondem a pesquisa mineral, foram
374 realizadas na Serra do Sapo e Ferrugem constituem furo de soldagem e
375 um pouco mais para baixo desse trecho o parecer único destaca que
376 embora essa atividade não seja passível de licenciamento ambiental, nos
377 termos da DN 074/2004. Em função da magnitude dos trabalhos de
378 pesquisa foi firmado um TAC com o SISEMA, justamente se foi firmado um
379 TAC com o SISEMA, isso só reforça o fato de que atividade de pesquisa
380 mineral não estava prevista no âmbito da LP, senão sequer havia
381 necessidade de firmar esse TAC. Com base nisso, o empreendedor que
382 não seria possível a classificação da atividade como de grande porte,
383 portanto seria necessário descaracterizar o auto de infração. Na hipótese
384 deste conselho entender que esse fato não dá ensejo a uma
385 descaracterização da atuação, o empreendedor requer de forma eventual
386 a alteração da faixa da aplicação da multa do empreendimento, foi
387 aplicada uma taxa máxima referente ao empreendimento de grande porte,
388 mas como a atividade não era passível de licenciamento, seria pertinente a
389 aplicação na faixa de pequeno porte em que o valor máximo da multa é R\$
390 (inaudível). Conselheiro Alex Mendes Santos: Eu queria fazer uma
391 pergunta antes. Eu queria saber se a empresa reconhece os danos
392 causados no Impacto e o tamanho desses danos? Thábata Silva,
393 representante do empreendedor: Não, a empresa não reconhece os danos
394 causados até foi abordado no recurso que os impactos estavam previstos
395 no âmbito do PRAD e no âmbito do TAC formalizado com SISEMA e
396 estava ainda em fase de recuperação, tinha até o prazo de Março de 2009



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

397 para a recuperação dos impactos previstos na pesquisa mineral.
398 Conselheiro Alex Mendes Santos: Eu gostaria que fosse apresentada as
399 fotos para os Conselheiros que não conhecem o processo. Rosane,
400 SUPRAM/JEQ: Conselheiro Alex ou o Rodrigo tem as fotos. Rodrigo,
401 SUPRAM/JEQ: Eu fiz parte da equipe que fiscalizou o empreendimento
402 naquela oportunidade e também participei da lavratura do auto de infração.
403 Só uma dúvida, Conselheiro Alex. Nós temos as fotos no auto de
404 fiscalização, na verdade assim, temos o auto de fiscalização e fotos, fotos
405 tiradas na ocasião, porém não estão nos autos do processo. Não sei se
406 convém mostrar fotos tiradas no dia, mas que não consta nos autos ou se
407 mantêm as fotos do auto de fiscalização. Conselheiro Alex Mendes
408 Santos: Eu gostaria de ver todas as fotos, principalmente porque é do
409 empreendimento. Se eu soubesse que as fotos não estariam aqui, eu até
410 teria trago porque eu estive no local e também fiz, são muito chocantes.
411 Então apesar do empreendedor falar que não reconhece esse impacto, é
412 importante verificar no parecer que a água jorrou por lá meses, eles não
413 conseguiram resolver o principal problema com o tamponamento do lençol
414 de... Vocês vão ver aí... De pontos onde foram perfurados. Então você
415 perfura, depois faz a avaliação e tem que tamponar, então quer dizer, o
416 furo não pode ficar aberto. E isso acontecia e, recorrentemente, eles não
417 conseguiram fazer esse tamponamento. Vocês vão ver fotos e a avaliação
418 também. Conselheiro Felipe Mol Pessoa de Carvalho: Sinceramente não
419 sei. Se as fotos não estão nos autos, se convém mostrar (inaudível)
420 pudessem mudar o julgamento dos Conselheiros. Thábata Silva,
421 representante do empreendedor: Queria abordar justamente esse ponto,
422 as fotos não estavam no processo administrativo, poderia ferir o amplo
423 contraditório pois o empreendedor não teve acesso as fotos previamente.
424 Wesley, SUPRAM/JEQ: Justamente, eu ia dizer isso para depois ter uma
425 discussão sobre se prejudicou ou não a defesa que não teve acesso, Alex.
426 Até mesmo para dar personalidade, para não ter um recurso em via judicial
427 questionando, o que pode até anular o que for decidido aqui. Também não
428 sei qual vai ser a decisão dos senhores Conselheiros, que nós nos
429 mantivéssemos apenas com fotos que constam do auto de fiscalização e,
430 portanto, embasada na lavratura do auto de infração para não ter nenhum
431 questionamento sobre o (inaudível) de defesa, fato novo que eles não
432 tiveram acesso e que poderia direcionar o julgamento, qualquer



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

433 coisa...Que a gente se ativesse porque o relato do próprio analista, do
434 servidor que participou está aí discriminado no auto, ele pode dar o seu
435 relato do que foi verificado dentro da fiscalização que ensejou a lavratura
436 do auto. Eu recomendo, lógico que é meramente opinativo, que nos
437 ativéssemos ao que está no auto de fiscalização. Conselheiro Alex
438 Mendes Santos: Concordo também, para não gerar nenhum problema.
439 Agora, Conselheiros, solicito que levem em consideração o medo e a
440 intransparência da empresa em ver algumas fotos que seriam parte do
441 processo. Por mim, isso já significa que não há uma normalidade no
442 processo, a coisa não é tão simples quanto falaram aqui. Rodrigo,
443 SUPRAM/JEQ: Eu sou testemunha do fato ocorrido e eu gostaria de falar,
444 que na ocasião que foi dita nesta reunião, a empresa executava atividade
445 de pesquisa mineral que consistiu basicamente em abrir acessos na Serra
446 da Ferrugem, também conhecida como Serra do Sapo, lá no Distrito de
447 São Sebastião do Bonsucesso, Sapo. A fiscalização não foi acompanhada
448 pelo (inaudível), ele não está presente. E ela se procedeu de forma a
449 seguir, nós fizemos ao Google para alguns caminhos, como na ocasião
450 foram centenas de furos de sondagens, as sondagens eram praças com
451 área de aproximadamente 40 m² e abertura de acesso para suas salas. E
452 essa ocasião, a gente caminhando por pontos de amostragem, não foi
453 possível ir em todos... Mais de centenas de furos é difícil visitar em um dia
454 só. E durante a fiscalização nós constatamos diversas intervenções. Vou
455 começar mostrando essa foto, é uma cópia do auto de fiscalização. Nessa
456 primeira foto a gente constatou 54 furos supressões de mata atlântica em
457 estágio médio. Desse Total, constatamos supressão de floresta estacional
458 em estágio médio conforme descrito no auto e o detalhe é que a
459 supressão de floresta de estágio médio, conforme a lei federal 11928 só é
460 permitida com (inaudível). Peço licença que para poder ler o artigo: 'Lei
461 11.428/2006, art. 32: A supressão de vegetação secundária em estágio
462 avançado e médio de regeneração para fins de atividades minerárias
463 somente será admitida mediante: I - licenciamento ambiental, condicionado
464 à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de
465 Impacto Ambiental - EIA/RIMA, então nós constatamos supressão de mata
466 atlântica e desconhecemos o DAIA que autorizou a supressão de mata
467 atlântica em estágio médio, porque houve DAIA, houve (inaudível), porém
468 para estágio médio a gente não teve conhecimento. Ao longo do caminho



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

469 foram várias intervenções causadas por impactos em recursos hídricos,
470 então nós temos aqui na foto o processo erosivos onde ocorreu o
471 carreamento do solo para recursos da água, em vários pontos, são vários
472 pontos aqui da fiscalização. A foto 5 demonstra o fato de uma praça de
473 sondagem que não conseguiram tamponar, (inaudível) o solo é mais
474 profundo, então na época a empresa não estava conseguindo estancar
475 essas insurgência de água. Na ocasião foram verificadas insurgências não
476 tamponadas e aí o impacto na (inaudível) dinâmica subterrânea. Essas 4
477 fotos foram tiradas em uma praça, a gente verificou resíduos sólidos
478 espalhados de qualquer forma, tem um produto de limpeza que a gente
479 não sabe a origem e estava sobre o solo. Também houve vazamento de
480 efluente de uma bacia de decantação lá. Mais duas fotos demonstram a
481 situação onde ocorreu insurgência proveniente da recuperação da
482 atividade de sondagem e que não foi tamponada na ocasião. Foto 13 e 14,
483 essa situação ocorreu após uma obstrução dessas estradas... Só
484 lembrando que a Serra do Sapo tem uma declividade acentuada e no topo
485 tem a formação de canga com campo rupestre e na encosta, na base a
486 uma formação de floresta decidual. É muito normal ocorrer cursos d'água,
487 são cursos que muitas vezes (inaudível) tem perenes, tem efêmeros e
488 intermitentes. Então como eles abriram muitas estradas, houve
489 intervenção em curso d'água. Esse aqui é um caso onde teve a obstrução
490 de uma passagem, formou o processo erosivo e houve assoreamento do
491 curso d'água. Foto 15 e 16, formam uma bacia de decantação de
492 sedimento (inaudível) o fato é uma bacia de sedimentação que se rompeu
493 pelas chuvas lá, se rompeu e carregou material para o curso d'água,
494 causando assoreamento e esses rompimentos geram várias denúncias. As
495 comunidades que moravam na época, não sei como está hoje, tem anos
496 que eu não vou na região... Não sei se eles são proprietários ou se já foi
497 desapropriado, mas na ocasião tinha muita reclamação dos moradores a
498 jusante porque a qualidade da água não era boa. Nós identificamos
499 algumas bacias de decantação que se romperam carregando material para
500 o curso d'água. Duas fotos aqui ela não está legal, mas foi uma medida
501 mitigadora de contenção dos acessos de enxurrada que teve um colapso
502 sobre o terreno de vegetação nativa, tanto que diz: 'Rompimento de
503 Barreiras de contenção de enxurradas'. Então no caso ela se rompeu a
504 gente verificou que ocasionou o soterramento de vegetação nativa. Foto



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

505 19 e 20 também mostram uma situação onde essa barreira de contenção
506 lateral de acesso foi rompida e material também desceu morro abaixo,
507 atingindo o curso d'água. Foto 21 e 22 mostram uma situação que,
508 inclusive a gente tinha detectado em uma vistoria anterior, é uma situação
509 de um acesso que obstruiu o leito do curso d'água. Por incrível que
510 pareça, está até citado aqui que nós ficamos fiscalizamos lá em 20 de abril
511 de 2007. A gente identificou a obstrução do curso da água, o curso d'água
512 estava aterrado para fazer o acesso, não teve instalação de nada
513 (inaudível) simplesmente aterraram o curso d'água e a gente voltou nessa
514 ocasião e constatou que estava do mesmo jeito. Ou seja, não estavam
515 executando as medidas que consistiam, inclusive uma delas de promoção
516 de medidas do fluxo de água e erosão por conta da interrupção
517 incontornável de drenagem, essas são transportadas de forma a não
518 interromper o fluxo normal. E não foi o caso ali, simplesmente ou
519 obstruíram o fluxo da água do leito aterrando para executar a travessia.
520 São situações em uma chuva forte, esse material que está no curso da
521 água vai para onde se está no leito? Vai para o (inaudível). Não se
522 identificou: Você está me dizendo que houve uma fiscalização (inaudível),
523 houve termo de ajustamento de conduta e empresa não cumpriu esse
524 termo de ajustamento de conduta, é isso? Rodrigo, SUPRAM/JEQ:
525 Conselheiro, conforme consta na página 21 do PRAD apresentado pelo
526 empreendedor em 24 de julho de 2007, como comprimento do item 5 da
527 cláusula terceira do TAC firmado em 24 de maio de 2007, seriam dotadas
528 com relação as drenagens as seguintes medidas mitigadoras: 'Promoção
529 de medidas de controle de fluxo de água erosão e contra a interrupção
530 incontornável das drenagens, essa serão transportadas de forma a não
531 interromper o fluxo normal'. Não foi o que a gente contratou, aí diante aos
532 fatos, nós concluímos que as medidas adotadas pela empresa para
533 amenizar os efeitos negativos foram ineficientes e não evitaram os danos
534 ambientais no recurso hídrico e na vegetação nativa. E por esse motivo foi
535 aplicado o código 122, mas a descrição foi: 'Realizar abertura de acessos
536 e praças para execução do estudo de sondagem, causando a degradação
537 ambiental tendo sido desencadeadas processos erosivos com o
538 carreamento do solo sobre vegetação nativa e cursos d'água em diversos
539 pontos'. Só isso que eu tenho para dizer, por enquanto. Presidente
540 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: Vou pedir a Rosane, que



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

541 também é da equipe técnica, para se manifestar com relação aos
542 apontamentos feitos pelo empreendedor com relação a prescrição e
543 classificação do porte, para entrarmos na discussão. Rosane,
544 SUPRAM/JEQ: Com relação aos argumentos da recorrente sobre a
545 prescrição intercorrente, o Estado de Minas Gerais ainda não reconhece
546 esse tipo de prescrição. Em que pese essa decisão recente no tribunal, eu
547 fiquei sabendo hoje também, mas em que pese isso, a legislação estadual
548 e a SEMAD não reconhecem essa prescrição. Em janeiro de 2019 o
549 governador do Estado vetou a questão da prescrição intercorrente em um
550 projeto de lei que foi colocado para a votação em Assembleia, o
551 governador vetou com a justificativa de que o Estado não tem condições
552 financeiras de abrir mão desses recursos financeiros que advém dessas
553 penalidades aplicadas (inaudível) normas ambientais. E também temos o
554 parecer da GE parecer 15047 de 24 de setembro de 2010 da Advocacia
555 Geral do Estado que fala, só um trecho em que eles reiteram essa questão
556 de não reconhecimento da prescrição intercorrente, está assim: 'Precedida
557 a lavratura do auto de infração com a imposição da penalidade e notificado
558 o infrator está exercido o poder de polícia e não existe mais a possibilidade
559 de administração decair deste poder e dever de cobrar a infração. A partir
560 de então, não se cogita mais o prazo decadencial para a administração
561 agir, mas ainda não se iniciou a fluência do prazo prescricional que
562 somente se dará a partir da Constituição definitiva do crédito não tributário
563 e isso só ocorrerá a partir do decurso do prazo para defesa do autuado'.
564 Ou seja, acatando hoje o parecer da SUPRAM e tornando definitiva a
565 aplicação contra a empresa, se ela não for cobrada, se o Estado não
566 cobrar da empresa, aí sim dentro de cinco anos decai esse prazo
567 (inaudível) a cobrança. O Estado oficialmente e legalmente não reconhece
568 a prescrição intercorrente. E com relação ao porte do empreendimento, eu
569 também tive dúvidas em relação a isso. Eu analisei e conversei com o
570 Wesley, e aí ao decidir como seria o entendimento sobre o porte da
571 intervenção, eu encontrei um parecer único que subsidiou a emissão da
572 licença prévia. Tem todo o detalhamento no meu parecer, mas de qualquer
573 forma eu encontrei uns dados que eu vou ler: 'Impactos em relação à
574 pesquisa mineral'... Wesley, SUPRAM/JEQ: Complementando a fala da
575 Rosana, que está disponível para todos vocês no parecer, só vou fazer a
576 leitura: 'Encontram-se anexas a este parecer técnico, na folha 50, do termo



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

577 001/2008, este teor subsidiou a concessão da licença prévia do
578 empreendimento minerário, a época MMX e depois para Anglo American,
579 relatam no item 6.2 os impactos negativos relativos a pesquisa mineral. As
580 primeiras intervenções que ocorreram nas áreas objeto do presente
581 empreendimento, correspondem a pesquisa mineral. Foram realizadas na
582 Serra do Sapo e Ferrugem (inaudível) constituintes de furos de sondagem
583 a fim de se avaliar os volumes e teores da jazida de minério de ferro. Ao
584 longo do período de sondagem foram realizadas aproximadamente 199
585 furos com profundidade médias entre 100 e 500 m. Os impactos
586 relacionados a essa atividade estão relacionadas à implantação do acesso
587 às praças de pesquisa, geralmente com áreas de 40m² implicando em
588 supressão de vegetação e em alguns casos intervenções em cursos
589 d'água. Embora essa atividade não seja passível de licenciamento
590 ambiental nos termos da DN COPAM nº 74/2004, em função da magnitude
591 dos trabalhos de pesquisa e de denúncias foi assinado um termo de
592 ajustamento de conduta entre a empresa e o SISEMA. Para a execução da
593 pesquisa mineral, a empresa obteve as APF da época, autorização para
594 exploração florestal e as outorgas de (inaudível). Foram verificadas
595 inconformidades no cumprimento do TAC e no PTRF visto que a
596 recuperação das praças não se encontra de acordo com o exigido.
597 Constatava praças abertas em desacordo com a malha proposta. As
598 operações de pesquisas foram suspensas em 19 de maio de 2008 face as
599 irregularidades constatadas, estando embargadas até o momento em
600 função de decisão judicial por solicitação da promotoria e com o
601 recolhimento APF pelo IEF. Em relação às áreas impactadas durante a
602 pesquisa mineral, verificou-se em vistoria do dia 20/05/2008 que as
603 medidas de recuperação das praças de acesso previsto estão sendo
604 implementadas satisfatoriamente. Nas folhas 71 e 72, em anexo, pode-se
605 averiguar a avaliação dos impactos socioeconômicos na fase de pesquisa
606 mineral do empreendimento. Consta do item 6.11.1: fase de pesquisa
607 mineral do parecer único nº 001/2008 que subsidiou a licença prévia. Cabe
608 destacar de início a falha dos estudos ambientais de não atribuir
609 importância a fase de trabalho de pesquisa, que antecede a fase de
610 instalação do empreendimento, como etapa também catalisadora de
611 atividades com elevado potencial de geração de impacto socioeconômico,
612 não só pelo grande volume de pesquisa de mandado como também pelo



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

613 elevado período de tempo exigido da sua realização. A lavratura de um
614 auto de fiscalização pelo URC Diamantina desdobrado em termo de
615 ajustamento de conduta assinado entre a empresa e o SISEMA constituem
616 o próprio (inaudível) dessa negligência. Os rebatimentos negativos dessa
617 fase sobre as comunidades residentes na área deixaram, certamente, um
618 significativo saldo de transtornos, prejuízos e conflitos que inevitavelmente
619 exigem um tratamento compensatório. Cita-se entre outros: incremento de
620 trânsito em estradas de acesso restrita e particular em áreas urbanas
621 vulneráveis com baixa capacidade de resposta, (inaudível) junto a
622 moradores locais para realização das pesquisas, comprometimento de
623 nascentes e benfeitorias em áreas rurais pesquisadas, aumento de
624 circulação de pessoal exógeno causando constrangimento dos costumes
625 sociais do cotidiano local, como por exemplo, realização de encontros
626 vespertinos informais de donas de casa em logradouros públicos urbanos
627 para conversa e bate-papo, instalação de sentimento de ansiedade e
628 insegurança social por falta de informação acerca dos trabalhos em
629 realização, alteração do cotidiano. Tal observação, inclusive, se mostra
630 bem pertinente para comunidade do Sapo, sobretudo para os moradores
631 da sede do Distrito de São Sebastião do Bonsucesso, em vistas das
632 modificações as quais sua livre rotina vem sendo submetida no último ano.
633 Lembra-se que está constitui a comunidade mais próxima do maciço
634 ferrífero da Serra Sapo-Ferrugem ao qual está sendo alvo de pesquisa
635 mais intensiva pelo empreendedor, uma vez que essa será a primeira
636 frente de lavra do projeto. É bastante provável, inclusive, além das
637 medidas de prevenção e controle previsto no EIA/RIMA para esse distrito,
638 seja necessário executar localmente algumas medidas corretivas e
639 reparadoras para recomposição de algumas estruturas urbanas
640 eventualmente comprometidas durante a pesquisa mineral realizada pela
641 MMX. Por fim, a equipe técnica analista vem registrar que nas duas vezes
642 em que teve oportunidade de visitar a região do projeto, foi possível
643 comprovar, por exemplo, que o trânsito de veículos pesados na sede
644 daquele distrito já se mostrava bem avolumada para o porte e as
645 características urbanas locais, colocando em risco assim ou patrimônio
646 edificado local e a segurança dos moradores. Assim sendo, cabe ao
647 empreendedor atentar para condicionante específica deste parecer
648 relacionado o impacto mencionado. Rosane, SUPRAM/JEQ: Com a leitura



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

649 desse texto, eu só queria destacar o seguinte: nós não reconhecemos o
650 pequeno porte da intervenção por tudo que foi lido, pelo significativo
651 impacto ainda na fase de pesquisa mineral, que gerou denúncias, gerou
652 impacto e não foi cumprida. E esse não cumprimento gerou justamente
653 essa demanda na 29ª reunião da URC que gerou essa fiscalização, que
654 gerou essa infração que está sendo discutida agora e também por causa
655 da deliberação normativa da URC DN 7404 determina que a classificação
656 do empreendimento para fins do auto de infração é conforme o porte do
657 empreendimento. E naquela ocasião, o porte era grande. Então foi
658 considerado o porte grande do empreendimento porque ele já tinha uma
659 licença prévia porte grande e também foi considerada os antecedentes do
660 infrator que era reincidente em infração gravíssima. E por isso então que
661 ele foi para faixa máxima do valor da faixa correspondente. Presidente
662 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: Thábata, conforme nosso
663 regimento interno, o prazo para o empreendedor se manifestar são cinco
664 minutos que já foram utilizadas. Thábata Silva, representante do
665 empreendedor: (Inaudível). Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
666 Machado: Tá, mas se você não tivesse conseguido tem manifestar nos 5
667 minutos você podia pedir mais um. E se ainda assim, houvesse
668 necessidade de mais cinco minutos, então a gente colocaria em votação
669 aqui. Se aprovada, você teria mais esse prazo. Ok? Agora a gente vai para
670 as discussões. Era só isso que você tinha para falar, Rosana? Rosane,
671 SUPRAM/JEQ: Só para retificar a tipificação da infração, o código 122 por
672 causar poluição e degradação com prejuízo aos recursos hídricos, a
673 vegetação, o impacto socioeconômico foi muito frisado no parecer único,
674 emitido na época da concessão da licença prévia. Conselheiro Felipe Mol
675 Pessoa de Carvalho: Frente as duas apresentações do pessoal seria
676 permitido também, até se os Conselheiros concordarem, oportunizar
677 novamente que a representante do empreendedor se manifeste. Wesley,
678 SUPRAM/JEQ: Infelizmente, igual foi bem explicado pela Eliane presidente
679 desta URC, pelo regimento não é possível, já foi esgotado e eu acho que a
680 resposta da equipe foi com base nas alegações da própria recorrente que
681 se ateve a prescrição intercorrente que foi respondida, a questão com
682 relação a classificação do porte do empreendimento como grande, ficou
683 bem claro qual foi a linha de raciocínio para se chegar a esta conclusão.
684 Não haverá prejuízo para o recorrente em relação ao objeto estar bem



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

685 delimitado e acho que o senhores já tem elementos suficientes para decidir
686 sobre o recurso. Então a gente seguindo estritamente o regimento, não há
687 mais abertura de prazo para manifestação da parte recorrente. Não se
688 identificou: Essa empresa ainda atua nesse ramo de exploração? E essa
689 degradação que foi cometida, alguém sabe informar se até o momento não
690 foi feito nada depois dessas visitas e desses lados? Houve alguma
691 intervenção? Essa área foi comprada por ela ou foi uma área que ela
692 conseguiu permissão de ir lá pesquisar e futuramente compraria a área?
693 Wesley, SUPRAM/JEQ: Hoje a empresa impera, hoje a Anglo American
694 Minério de Ferro Brasil está instalada no município de Conceição do Mato
695 Dentro, também abrange o município de Alvorada de Minas. Hoje ela está
696 em operação com a produção de minério de ferro. Creio eu que essas
697 áreas que foram objeto de sondagem, para verificar a viabilidade
698 econômica do projeto, hoje são a frente de lavra onde está ocorrendo a
699 alteração. Então em determinadas áreas, creio eu que não foram aplicados
700 programas de recuperação de área degradada porque a área está sendo
701 minerada hoje. Outras áreas, outras situações que foram identificadas e
702 estão sendo identificadas ao longo da operação do empreendimento, estão
703 sendo objeto de medidas, de programas de controle, seja
704 acompanhamento pela própria comunidade, seja pelo acompanhamento
705 pelo órgão ambiental, seja acompanhamento pelo Ministério Público
706 Federal ou Estadual, consultoria independente. Todos os impactos
707 advindos deste empreendimento são muito complexos e grandes e, de
708 certa maneira, estão sendo objeto do licenciamento ambiental deste
709 empreendimento hoje. Medidas, com certeza, vem sendo adotadas para a
710 mitigação de impactos. É um processo muito polêmico, muito complexo.
711 Conselheira Márcia Elisa Rocha Santos: Eu só queria reafirmar em deixar
712 para os Conselheiros pensarem que a gente está analisando o fato e o
713 dano na época, por mais que ações já foram feitas para mitigar o dano até
714 hoje, a gente precisa avaliar que ocorreu o dano e que a gente está
715 analisando o fato de 2008. Igual a Rosane falou, a questão do dano na
716 parte social, econômica e social ocorreu. Apesar de depois terem ocorrido
717 medidas mitigadoras, não sei, mas o dano de fato ocorreu na época.
718 Conselheiro Alex Mendes Santos: Eu estive no local, então qualquer
719 dúvida que vocês tiverem, podem me perguntar. Na época, eles não
720 tinham autorização de entrar nessas áreas, tanto é que foi a demanda para



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

721 a gente que eles entravam em áreas que não eram deles, não tinham
722 autorização de entrada e nem de deslocamento. Não tinham autorização
723 para abrir as praças, se vocês forem ver são 80 campos de futebol se
724 pegar 199 áreas com 40 m² vai daí torno de 80 ha que são 80 campos de
725 futebol de área de desmatamento em campo rupestre e, principalmente,
726 mata atlântica. Não sei se vocês conhecem a região do Serro e vocês
727 viram ali um porte médio, que são árvores de 8 a 9 metros. E a perda
728 social porque eles não conseguiram fazer o tamponamento, isso foi
729 conseguir depois de muito tempo, o pessoal ficou com problema seríssimo
730 de água porque foram barragens. Ele mostrou duas, três, mas foram 199
731 perfurações negligenciadas na época. Então o prejuízo foi feito, hoje a
732 gente vê se arrastando há 11 anos por causa, principalmente, desse
733 processo jurídico que vai atropelando as coisas e muitas vez até aqui
734 (inaudível) para vocês entenderem, se não tivesse alguém que na época
735 foi ao local, poderia passar de forma muito simplista como a empresa está
736 tentando tratar a coisa. Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
737 Machado: Mais algum Conselheiro, mais alguma dúvida? Podemos
738 encerrar a discussão então? Rosane, SUPRAM/JEQ: Só queria colocar
739 que tem nosso entendimento com base em jurisprudências que nenhum
740 licenciamento corretivo posterior, não é o caso da LP, não desencube o
741 infrator da penalidade cometida na época. Presidente Suplente Eliane
742 Piedade Alves Machado: Ok, Conselheiros. Agora em votação, favor
743 manifestarem seus votos com relação a manutenção da decisão recorrida
744 conforme o parecer do (inaudível) Jequitinhonha para o empreendimento
745 6.1 Anglo American Minério de Ferro S.A. Então temos um voto contrário,
746 o da FIEMG. Justificativa, por favor. Conselheiro Felipe Mol Pessoa de
747 Carvalho: Mantendo o que foi dito tanto por mim, quanto pela
748 representante do empreendedor que citou a prescrição intercorrente e
749 caso a decisão não seja aceita, a gente entende pela aplicação de tabela
750 de correção do TJMG. E só um adendo, (inaudível) que é uma discussão
751 mais ampla, que eu acho que nós devemos nos lembrar que o auto de
752 infração não é um instrumento arrecadatário e sim educativo. Repito, é
753 uma coisa mais ampla esse entendimento do Estado de que se não abrir a
754 prescrição intercorrente vai deixar de arrecadar, eu acho que distorce um
755 pouco a questão do instituto do auto de infração. Presidente Suplente
756 Eliane Piedade Alves Machado: Ok, obrigada Conselheiro. Favor



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2019

757 levantarem novamente as plaquinhas. Vamos registrar aqui o impedimento
758 da SEAPA pela atuação junto ao empreendimento. Votos favoráveis ao
759 parecer único da (inaudível) Jequitinhonha: FEDERAMINAS, UEMG, SEE,
760 PMMG, IMA, CREA, Associação Caminhos da Serra, SEINFRA e
761 CODEMA Diamantina. Vamos para o último item da pauta que é 7.
762 **Proposta de Agenda Anual das reuniões da Unidade Regional**
763 **Colegiada Jequitinhonha do COPAM, para o ano de 2020.** Estão
764 previstas três quadrimestrais, três reuniões em durante o ano: março, julho
765 e novembro. Alguma sugestão ou podemos aprovar este cronograma?
766 Evidentemente que durante o ano, havendo necessidade de reuniões, aí
767 serão convocadas reuniões extraordinárias conforme prevê o regimento.
768 Conselheiro Dalmo Gonçalves Costa: A última reunião me parece que foi
769 segunda, não é? Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: É
770 porque ela foi extraordinária. Conselheiro Dalmo Gonçalves Costa: Ah tá,
771 eu só queria propor que eu acho que quinta-feira fica mais inviável para
772 estarmos viajando, abastecendo veículo igual abastecemos nos postos aí.
773 Só isso. Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: Então essas
774 estão previstas para as quintas-feiras. Ok, Conselheiros favoráveis a
775 proposta de agenda de reuniões para 2020, se manifestem por favor.
776 Aprovado. **8. Encerramento.** Queria justificar a ausência da
777 Superintendente Cristina, porque ela está em alinhamento em Belo
778 Horizonte. Assim encerramos a 112ª reunião, agradeço a todos pela
779 presença, pela participação. Até o ano que vem, tenham todos um feliz
780 natal e um bom ano aí pela frente. Com mais chuva e menos incêndio
781 florestal, que está sendo muito tenso este ano.

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Diogo Soares de Melo Franco